



GENERAL LEÔNIDAS: "A Constituinte está sendo manobrada por um pequeno grupo de esquerda radical"

E, imediatamente, as palavras do general foram apoiadas pelos ministros da Marinha e da Aeronáutica. Aconteceu durante a reunião ministerial.

A fala mais aplaudida ontem, na reunião ministerial no Palácio do Planalto, foi a do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que criticou o trabalho dos constituintes. "Estou notando que a vontade política do povo e do governo não está sendo sentida pela Constituinte: a maioria do povo brasileiro é moderada e a Constituinte está sendo manobrada por um pequeno grupo de esquerda radical", disse ele.

Segundo o ministro, é compreensível que os parlamentares de esquerda tenham obtido sucesso nas comissões temáticas, "mas, agora, o anteprojeto da Comissão de Sistematização fere o verdadeiro ideal do povo brasileiro". Ele disse aos ministros e parlamentares reunidos que "não há a menor dúvida em afirmar que o projeto publicado hoje (ontem) não representa o desejo democrático da Nação, incondicionalmente apoiado pelas Forças Armadas". E pediu ao presidente Sarney que recebesse suas palavras como colaboração. A conclusão de Pires Gonçalves é de que "uma minoria está fazendo uma Constituição sem pensar no futuro, no Brasil, e com ressentimentos, para não usar outra palavra".

O exemplo citado pelo ministro do Exército, para ilustrar o irrealismo do anteprojeto de Constituição, é o artigo 32 do documento, que dá aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial direito de aproveitamento no serviço público, sem concurso e com estabilidade, aposentadoria aos 25 anos de trabalho, pensão e assistência médica, entre outras coisas. "Só isso acrescenta C\$ 50 bilhões aos gastos das Forças Armadas", disse ele. Explicou que, no Exército, há cerca de 20 mil pessoas nessas condições, e mais cerca de 30 mil na Marinha e na Aeronáutica.

Voltando ao ataque, o general Leônidas disse que suas palavras estavam sustentadas na "verdade política" que ele haveria de "exercer", encerrando o que alguns ministros presentes entenderam como um recado do governo aos constituintes.

Apoio a Pires

Na noite, o ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia disse que endossa as críticas feitas pelo ministro do Exército ao novo anteprojeto de Constituição. Afir-



General Leônidas (centro), contra o anteprojeto da Constituição...

mou que "uma Constituição deve refletir as aspirações e princípios da maioria do povo brasileiro, e não de meia dúzia de extremados".

A mesma solidariedade assegurada pelo ministro da mais antiga instituição militar ao general Leônidas foi também garantida pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, e pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Paulo Campos Paiva.

Pela manhã, oficiais de Brasília procuraram a sucursal do Rio do *Jornal da Tarde*, para comunicar sua posição contrária ao novo anteprojeto. Alguns chegaram a considerá-lo uma provocação, e se confessaram decepcionados com a iniciativa de alguns constituintes de tentar impor uma Constituição que, para eles, não corresponde à expectativa da sociedade brasileira.

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Ca-

bral, que esteve há 15 dias com os ministros militares na homenagem que lhe foi prestada em São Paulo, também foi alvo de críticas de militares que leram o documento por ele proposto.

O único parlamentar a falar na reunião, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, disse apoiar integralmente as palavras do ministro do Exército, acrescentando que "o anteprojeto é fruto de uma minoria inexpressiva, mas de grande atividade, como são sempre os ativistas de esquerda". E tranquilizou os ministros, garantindo que "o plenário não aprovará esses absurdos".

Depois da reunião Lourenço disse que "o parecer foi elaborado por um grupelho que não se identifica com o que pensamos, na calada da noite, e que não representa o pensamento da maioria. Por isso será rejeitado". Conforme explicou, os parlamentares têm duas opções: "Rejeitá-lo in totum ou alterá-lo, porque para isso temos maioria".

O deputado afirmou ainda que "temos compromissos com as Forças Armadas, da mesma maneira que temos com os produtores rurais, para que não sejam desapropriadas terras produtivas". Para ele, o ministro do Exército teve razão em reclamar do fato de que "havia entendimentos que não foram cumpridos no relatório".

José Lourenço foi o último a falar na reunião. Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, acenou insistentemente para o presidente Sarney, mas não obteve a palavra. Sarney encorrou a reunião dizendo que "o governo não está desatento aos trabalhos da Constituinte e esta Constituição há de representar a vontade do povo brasileiro". O parlamentarismo, tema esperado para debate na reunião, não foi tratado. Mais tarde, porém, foi assunto no almoço, no restaurante do Palácio do Planalto, em que estavam presentes, além do presidente da República, o general Bayma Denys, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, o consultor-geral da República, José Saulo

Ramos, e o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Apelo de Sarney

Segundo o relato de um dos ministros presentes à reunião, o presidente José Sarney, preocupado, fez um apelo aos ministros para que lessem o novo projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, e levassem aos líderes do governo e aos partidos as sugestões relativas a seus ministérios. "Temos obrigação de colaborar porque estamos com os fatos concretos do trabalho diário. E os constituintes precisam receber informações sobre a realidade, pois o novo esboço de Constituição está surgindo com perspectivas de enormes gastos para a União, que nenhum orçamento pode suportar", disse o presidente.

Aparentemente satisfeito, por volta das 14 horas, enquanto se dirigia para o restaurante da Presidência da República, Sarney destacou o pedido de sugestões à Constituinte feito a seus ministros, mas não antecipeou que pontos gostaria que eles examinassem.

Antes disso, porém, ao abrir a reunião, disse que algumas questões constantes do substitutivo do relator Bernardo Cabral, não podem passar tal como estão. E citou como exemplo a mineração, que se tornaria praticamente impossível a permanecer o tratamento recebido no substitutivo. No caso da distribuição de tributos, o presidente advertiu que "a União acabará sem receita, incapacitada".

Começa a ofensiva

E o governo já começou a ofensiva para fazer valer suas posições na Constituinte. Até quarta-feira da próxima semana, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, entregará ao presidente Sarney uma proposta de emenda constitucional estabelecendo o presidencialismo puro como o futuro sistema de governo.

Apesar de a informação, uma fonte do Palácio do Planalto explicou que a emenda chegará à Comissão de Sistematização através de um deputado da Aliança Democrática. A fonte informou que o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, é quem está coordenando a ação ofensiva do Palácio do Planalto.

Muitas críticas. E se preparam reações.

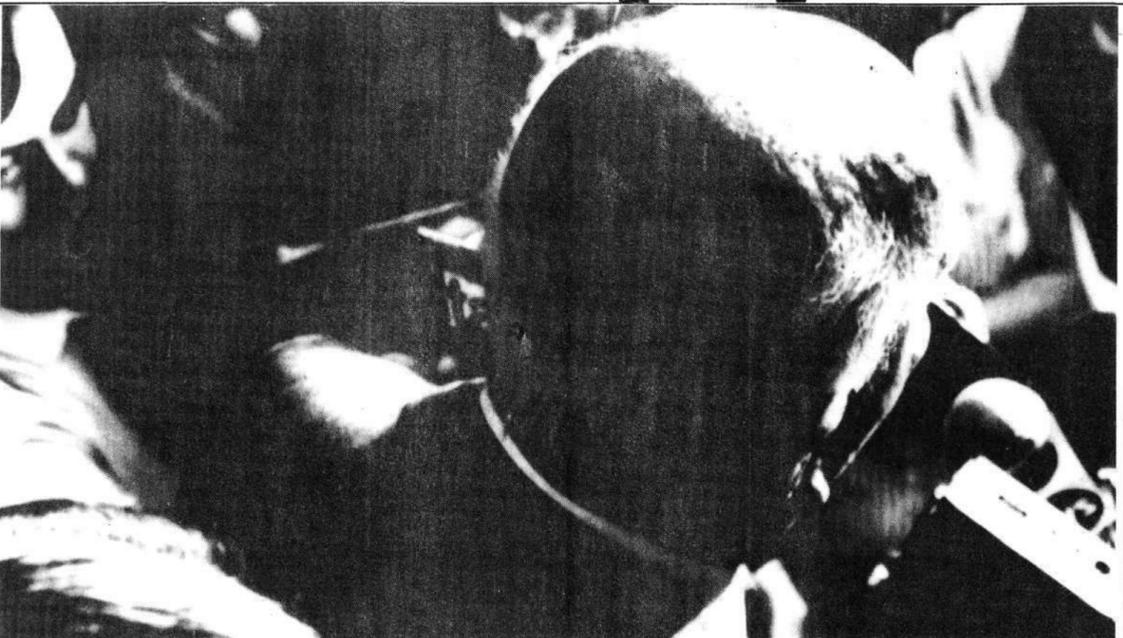
No Congresso e no Judiciário, poucos elogios e muitas críticas. No Executivo, fortes ataques e pelo menos uma ação concreta anunciada para se tentar amenizar os dispositivos da reforma tributária: dessa forma foi recebido ontem o substitutivo do anteprojeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que também agitou os setores presidencialistas, ao adotar o parlamentarismo, e as bancadas do Norte/Nordeste, preocupadas com o crescimento do número de deputados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, caso seja mantido o texto do substitutivo determinando a proporcionalidade desse número com relação à população de cada estado.

Uma das maiores polêmicas foi provocada pela reforma tributária prevista no substitutivo, que, segundo técnicos da Receita Federal, se aprovada, "vai deixar alguns municípios nadando em dinheiro", enquanto a União provavelmente terá de dobrar os impostos federais para repor o que for tirado. Essa possibilidade levou o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a solicitar uma reunião, no início da próxima semana, entre ele, técnicos da Receita, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e os líderes do PMDB, para discutir o assunto.

Bresser vai advertir o PMDB de que se forem mantidas as transferências aos estados e municípios, na forma proposta, sem a transferência de encargos, a União terá de "aumentar drasticamente" os impostos. Na mesma reunião, segundo técnicos da Receita, Bresser sugerirá correções e mudanças a serem introduzidas no substitutivo, para corrigir as distorções.

Ainda da parte do governo, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, fez pesadas críticas, embora generalizadas, ao substitutivo de Cabral. "É excessivamente analítico, estabelece normas sem conteúdo objetivo, tem um português lamentável e um discurso jurídico falho". Acrescentou que o projeto "é uma total degradação do sentido da norma constitucional, que passa a dispor virtualmente sobre tudo, uma tristeza".

Saulo, encarregado pelo presidente Sarney de redigir as emendas de interesse



Ulysses: uma reunião com Bresser para acertar.

do Executivo a serem apresentadas por deputados ligados ao governo, também atacou o parlamentarismo proposto, que, segundo ele, só funciona em países unitários e monárquicos, como Suécia, Holanda e Inglaterra, e não em países federados. Ele resumiu suas opiniões, afirmando que "o povo quer presidencialismo, economia de mercado e livre iniciativa... E não há possibilidade de se aceitar nenhuma regra constitucional que permita a ampliação da estatização socializante".

Bancadas maiores

A possibilidade de São Paulo aumentar sua bancada federal, caso aprovado o dispositivo determinando a proporcionalidade de seu tamanho à população dos Estados representados, provocou irada reação das bancadas do Norte/Nordeste, representadas pelo deputado José Luis Maia (PDS-PI). Falando em nome delas, o parlamentar revelou estar sendo montada uma estratégia interpartidária para evitar a aprovação do dispositivo.

Maia afirmou que o Norte e o Nordeste não podem permitir o crescimento das bancadas paulista, mineira e fluminense, "em detrimento do campo político dos demais Estados".

Se aprovado o dispositivo, São Paulo passaria de 60 para 80 deputados federais imediatamente, o que provocaria a convocação de vários suplentes, entre eles, nomes como Freitas Nobre, José Yunes, Airton Soares, José Gregori, Alcides Franciscato, Armando Pinheiro e Myriam Lee.

No Congresso

Para o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), "houve retrocessos substanciais" em relação ao Poder Judiciário, ordem social, censura, direitos individuais e dos trabalhadores. Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o texto não é bom "por representar um verdadeiro confisco das propriedades rurais", posição, aliás, igual à do presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, e continua hoje no Rio Grande do Sul, uma nova campanha nacional para garantir o direito de propriedade na nova Carta. Apesar disso, o deputado Amaury Muller (PDT-RS) viu "deploráveis recuos quanto à reforma agrária", no texto de Cabral.

Já o chamado "grupo liberal interpartidário se comprometeu a discutir emendas e apresentá-las em conjunto na Comissão de Sistematização. Somos 53 de seus 93 integrantes", disse o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), disse, porém, ter visto progressos: "O projeto ainda pode ser aperfeiçoado, mas já avançou em relação à etapa anterior e eu sou otimista em relação à nova Constituição. Ao contrário do que muita gente diz, eu acho que nós teremos, ao final, uma Carta que exprima razoavelmente a correlação de forças real do povo brasileiro". Covas também condenou a intromissão do Palácio do Planalto nos trabalhos constituintes, criticando os apelos do presidente Sarney pelo presidencialismo.

O líder do PTB, Gastone Righi, foi outro que não gostou do substitutivo, dizendo que "não faz jus às tradições parlamentares do Brasil, aliás nem à associação dos analfabetos de Uganda".

No Judiciário, o ex-ministro do TSE, José Guilherme Vilela, disse que pelo novo texto o Supremo Tribunal Federal passa a ser "o tribunal da Federação pela metade", já que os recursos extraordinários relativos a questões federais seriam transferidos à competência do futuro Tribunal Superior de Justiça.

A partir de hoje, e até que o projeto da futura Constituição suba ao plenário para votação, todo trabalho da Constituinte estará centralizado na Comissão de Sistematização, que passa a ocupar quase todo o tempo (e o espaço) reservado às sessões ordinárias da Assembleia.

A informação foi dada ontem, no plenário da Constituinte, pelo deputado Ulysses Guimarães, que disse ter atendido à solicitação do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, considerando que ela entrará dentro dos próximos dias em sua fase decisiva, com o início da discussão e votação do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral e de todas as emendas apresentadas em plenário ou, agora, no âmbito da própria comissão.

Assim, a partir de hoje, a Comissão de Sistematização estará se reunindo no plenário da Câmara às terças, quintas e sextas-feiras. As tardes das segundas-feiras continuarão reservadas às sessões ordinárias da Câmara e do Senado e às das quartas-feiras às sessões ordinárias da Constituinte. Se houver necessidade, segundo Ulysses, poderão ser convocadas sessões extraordinárias da Constituinte para qualquer dia.

Ulysses esclareceu também que as

emendas que os constituintes poderão apresentar ao novo substitutivo de Cabral, até quarta-feira, terão o mesmo tratamento das 20.791 apresentadas em plenário.

A última oportunidade para que os constituintes possam alterar o conteúdo do projeto de Constituição começa hoje e vai até quarta-feira, quando poderão ser apresentadas emendas de mérito para que o relator possa elaborar o segundo e definitivo substitutivo que vai a plenário.

A expectativa é de que nesse período de seis dias não haverá a avalanche costumeira de emendas, porque já existe um projeto concreto de Constituição, ao contrário das vezes anteriores, quando os trabalhos representavam meramente compatibilizações feitas nas subcomissões e nas comissões temáticas.

A partir de quarta-feira, Bernardo Cabral terá igualmente mais seis dias para entregar novamente à opinião pública um substitutivo que pode vir a ser muito alterado, mas que já está delineado em grande parte.

As emendas poderão modificar, mas não muito profundamente, o primeiro substitutivo. E o que poderá ser alterado serão justamente aqueles temas que nasceram

O cronograma foi aprovado. Alterações só até quarta.

polêmicos, permanecem polêmicos no primeiro substitutivo e assim continuarão até a decisão final do plenário, como é o caso da reforma agrária, sistema de governo, duração do mandato presidencial e anistia para militares.

Antes de seguir para o plenário, o segundo substitutivo Bernardo Cabral com o projeto definitivo de Constituição para ser votado, terá tramitação dentro da Comissão de Sistematização entre 10 e 17 de setembro, conforme o cronograma elaborado pela assessoria da comissão.

De hoje até quarta-feira, dia 2 de setembro: apresentação de emendas pelos constituintes (até meia-noite de quarta-feira); dia

3: publicação do avulso das emendas; de 3 a 7 de setembro: prazo para que o relator apresente o seu segundo substitutivo; 8 e 9: publicação e divulgação do avulso do segundo substitutivo; de 10 a 17: discussão e votação do segundo substitutivo, com o projeto definitivo, dentro da Comissão de Sistematização; e a partir do dia 18, e sem previsão de dias: discussão e votação do projeto em primeiro turno. A partir daí somente poderão ser apresentadas, como consequência das votações, emendas suppressivas ou de redação, enquanto o plenário decidirá puramente sobre mérito, adequando o texto à medida em que as modificações forem feitas.

Perplexidade

As dificuldades para contornar questões levantadas por constituintes sobre meros problemas regionais foram responsáveis ontem por um desabafo do senador Afonso Arinos: "Eu fico perplexo por ver que nós encontramos muito mais facilidade para debater problemas constitucionais, enquanto se apresentam muito difíceis as soluções para as questões de mecânica regimental".

O presidente da Comissão de Sistematização fez tal afirmação no início da reunião

destinada ao debate de mais sete emendas populares, quando alguns parlamentares entenderam que a presidência da Constituinte estava violando dispositivos regimentais quanto aos prazos estabelecidos para a discussão sobre o substitutivo de Cabral. Arinos leu, então, o ofício de Ulysses, entendendo que o prazo fatal para o início do exame da redação final continua sendo 17 de outubro.

Outro problema a ser enfrentado pela Constituinte é a identidade da maioria da Comissão de Sistematização. "Temos que descobrir se temos identidade e, se a temos, o que devemos fazer para enfrentar a obstrução anunciada pela esquerda", disse ontem o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, definindo os resultados da primeira reunião do grupo liberal interpartidário, que conta com 40 dos 93 integrantes da Sistematização.

"Mas só saberemos se somos maioria quando examinarmos os dados fundamentais que conflitam com o texto do substitutivo de Cabral", ponderou ainda Passarinho. E citou um exemplo prático: o da anistia. "Vamos ver se a maioria existe na hora de o repelir. Temos de nos preparar para impedir que a obstrução tenha êxito".